

“NARRATIVAS” SOBRE A GRANDE PROPRIEDADE DO SERTÃO NORDESTINO: TERRITÓRIO DA PECUÁRIA, DO LATIFÚNDIO E DAS OLIGARQUIAS

Kaliane de Freitas Maia; Luis Henrique Cunha

RESUMO

Neste artigo, buscamos analisar as obras de alguns dos principais expoentes da literatura acadêmica clássica que trata das dinâmicas históricas, econômicas, políticas e sociais do Nordeste de modo a fazer emergir quais visões (que chamamos de “narrativas”) sobre a grande propriedade de terra (e seus proprietários) no sertão nordestino foram desenvolvidas pelas ciências sociais brasileiras e quais as ênfases destas interpretações. Identificamos pelo menos três grandes “narrativas” nas obras analisadas: da ocupação dos sertões, da economia regional e da política oligárquica. Em cada uma delas, a grande propriedade e seus proprietários são os grandes protagonistas. Destacar estas narrativas abre a possibilidade de revelar e contrastar processos sociais de transformação, atualização e ressignificação de estruturas e práticas sociais que informam o lugar da grande propriedade no semiárido nos dias de hoje. E, assim, superar imagens cristalizadas de um território dominado pelo latifúndio, pelas oligárquicas e por uma pecuária extensiva.

Palavras-chave: Semiárido Nordeste; Grande Propriedade; Pensamento Social.

“NARRATIVES” ON LARGE LAND PROPERTY OF THE *SERTÃO*, BRAZIL’S NOR- THEAST: TERRITORY OF CATTLE RANCHING, LANDLORDISM AND OLIGARCHIES

ABSTRACT

In this article, we analyze some of the leading authors of classical academic literature on the historical, economic, political and social dynamics in Northeast, Brazil, to bring out which views (which we call “narrative”) on large rural properties (and its owners) in semiarid region were developed by Brazilian social sciences and which emphases of these interpretations. We have identified at least three major “narratives”: the occupation of *sertões*, the regional economy and the oligarchic politics. In each of them, the large rural properties and its owners are the protagonists. Highlight these narratives opens the possibility of revealing and contrasting social transformation processes, update and reinterpretation of social structures and practices that inform the place of the large property in the semiarid region today; and so to overcome crystallized images of a territory dominated by landlordism, oligarchic families and extensive cattle ranching.

Key words: Northeast’s Semiarid; Large Rural Property; Social Thought.

Doutora em Ciências Sociais, bolsista do PNPd/CAPES no PPGCS/UFCG. E-mail: kalianemaia@yahoo.com.br.

Professor do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCG. E-mail: luishcunha@uol.com.

INTRODUÇÃO

Ainda hoje, podemos observar como, no agreste e no sertão, a criação de gado é a atividade econômica mais ligada ao latifúndio, pois os grandes proprietários são sempre, principalmente, pecuaristas, e só subsidiariamente, agricultores. (Andrade, [1963], 1986, p.126).

A imagem do Nordeste, que as crônicas dos viajantes de fins do Século XVIII e princípios do Século XIX descreveram em termos da opulência dos “barões” do açúcar (...) começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos “coronéis”; imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste “açucareiro”. Nesse rastro é que surge o Nordeste das secas. (Oliveira, [1977], 1981, p.35).

As imagens ainda dominantes sobre a grande propriedade e os grandes proprietários de terra do sertão nordestino são fortemente influenciadas pelos clássicos do pensamento social sobre a região, publicados ao longo do século XX. Tanto a cristalização de uma explicação da região que se vincula à produção clássica das ciências sociais brasileiras quanto parte das reelaborações mais recentes que buscaram apreender a complexidade das transformações vivenciadas nas últimas décadas acabam por reforçar estas imagens dominantes do semiárido como lugar do latifúndio, do atraso, da tradição, mesmo que estejam em contradição com os dados mais recentes sobre a estrutura agrária e as dinâmicas do setor agropecuário regional¹.

Neste artigo, buscamos analisar alguns dos principais expoentes da literatura acadêmica clássica que trata das dinâmicas históricas, econômicas, políticas e sociais do Nordeste de modo a fazer emergir, com mais clareza, quais visões (que chamamos de “narrativas”) sobre a grande propriedade de terra (e seus proprietários) no sertão nordestino foram de-

envolvidas pelas ciências sociais brasileiras e quais as ênfases destas interpretações.

Este trabalho foi empreendido como parte de um esforço de pesquisa dedicado a compreender as tendências mais recentes de transformação da estrutura fundiária do semiárido paraibano e dinâmicas de modernização da grande propriedade localizada neste espaço. Acreditamos que é necessário destacar estas “narrativas” clássicas como forma de revelar e contrastar processos sociais de transformação, atualização e ressignificação de estruturas e práticas sociais que informam o lugar da grande propriedade no semiárido nos dias de hoje.

Identificamos pelo menos três grandes “narrativas” nas obras analisadas, “narrativas” estas que continuam – em maior ou menor grau - a influenciar as maneiras pelas quais se enxerga o sertão, constituindo-se assim em modos de dizer, de classificar, de ver (Bourdieu, 2005) a região. São elas:

- a) As narrativas de ocupação dos sertões, em que os grandes proprietários são apresentados como “desbravadores” (Abreu, 1976; Andrade, [1963], 1986; Furtado, [1959], 2007), protagonistas de um sistema social com forte resiliência: o latifúndio. É uma narrativa de constituição de um território, com ênfase histórica e geográfica.
- b) As narrativas de caráter mais economicista, que buscam apreender as formas particulares de inserção da região e do latifúndio ao processo de expansão capitalista, ressaltando as bases econômico-sociais da oligarquia agrária e do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada (Oliveira, [1977], 1981; Furtado, [1959], 2007; Prado Júnior, [1960], 1979).

1 Na Paraíba, por exemplo, as microrregiões de Cajazeiras (61%), Itaporanga (60,58%) e Serra do Teixeira (68,75%) localizadas na mesorregião do Sertão da Paraíba, no semiárido nordestino, possuem a maior parte da área total dos estabelecimentos agropecuários ocupada pela agricultura familiar, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006.

- c) As narrativas políticas, de influência sociológica e antropológica, que enfatizaram a constituição de oligarquias familiares baseadas na propriedade da terra e monopolizadoras do poder local. A figura predominante dos grandes proprietários nesta literatura é a do coronel e chefe político (Queiroz, 1976; Leal, 1975; Pang, 1979; Janotti, 1987; Bursztyn, 1985; Lewin, 1993).

1. O GRANDE PROPRIETÁRIO COMO HERÓI DESBRAVADOR

A “narrativa” do grande proprietário de terra como “herói desbravador” aparece nas análises acerca da ocupação dos “Sertões”. Autores como Capistrano de Abreu [1907] (1976), Celso Furtado [1959] (2007) e Manuel Correia de Andrade [1963] (1986) trataram do tema e de certa forma contribuíram para a cristalização da imagem dos grandes proprietários de terras como desbravadores do sertão, abordando a chegada e povoamento da região, a construção das primeiras fazendas para criação de gado, a sociedade do couro e o início da agricultura de subsistência.

Nesta interpretação, no Nordeste, a Zona da Mata foi destinada à produção da cana-de-açúcar enquanto que no sertão consolidou-se a pecuária e mais especificamente o criatório de bovinos, associada à agricultura de subsistência, responsável pela expansão e povoamento dos sertões. Nas duas regiões, as dinâmicas agrárias foram marcadas pela instituição da grande propriedade, com importante repercussão na vida econômica, política e social da região.

Segundo Furtado (2007), a propagação e expansão da pecuária extensiva ocorreu em todo o sertão nordestino, cujas ocupações passaram os séculos XVII e XVIII e foi provocada pelo apogeu da produção do açúcar. Com a inviabilidade da criação de gado próxima as áreas açucareiras, a pecuária interiorizou-se pelos sertões, facilitada devido às grandes ex-

tensões de terras ainda não exploradas. A ocupação ocorreu em diferentes datas, obedecendo alguns critérios como: a disponibilidade de recursos hídricos; as vias naturais de acesso; as características hostis do meio local entre outras características (Furtado, 2007; Caron e Hubert, 2003). Dinâmicas que teriam ocorrido principalmente nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

A procura dos espaços para instalação das fazendas criadoras de gado se deu obrigatoriamente no curso dos rios ou riachos, onde a água representava um fator importante para a permanência nas terras.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou a menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte de bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras (Abreu, 1976, p.128).

A visão de Abreu (1976) sobre a chegada e apropriação das áreas sertanejas realça a figura de homens com posses e privilégios que se apropriam de extensas áreas para exploração e constituição da atividade da pecuária, constituindo os maiores latifúndios que o Nordeste conhecera. Sem embargo, os verdadeiros desbravadores eram os vaqueiros que desempenhavam todo o trabalho pesado para implantação dessas fazendas. Sob o paradig-

ma de conquistadores, inúmeros foram os benefícios encontrados por essa classe de grandes proprietários que dominaram o sertão até meados do XX.

De acordo com Furtado (2007), a pecuária era um reflexo da atividade açucareira, ou melhor, uma atividade subsidiária a atividade da cana-de-açúcar. Nos termos do autor, a pecuária supria apenas as necessidades da alimentação, a força motriz animal para dar continuidade a moenda da cana-de-açúcar e também como meio de transporte da população da Zona da Mata açucareira. Fenômeno econômico inicialmente de baixa rentabilidade. Falando em termos econômicos, a atividade da pecuária era insignificante frente à economia e desdobramento produzido pela economia açucareira, o que Furtado deixa claro em seu livro “Formação econômica do Brasil”.

Deve-se ter em conta, entretanto, que essa atividade, pelo menos em sua etapa inicial, era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa (...) Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criatória - não obstante nesta não predominasse o trabalho escravo - representava um mercado de ínfimas dimensões. A razão disso está em que a produtividade média da economia dependente era muitas vezes menor do que a da principal, sendo muito inferior seu grau de especialização e comercialização. Observada a economia criatória em conjunto; sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-pri-

ma (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência (Furtado, [1959], 2007, p. 67-68).

O couro foi um dos protagonistas da atividade da pecuária. Era um bem precioso para todos os sertanejos, utilizado em várias situações do cotidiano como vestimenta, utensílios domésticos, equipamentos auxiliares na lida com o gado e várias outras serventias. Podemos conferir em Capistrano de Abreu (1976) a ilustrada cultura do couro vivenciada no sertão, sob domínio da pecuária. Furtado [1959], 2007 também enfatiza a utilização do couro pelos sertanejos.

Em comparação com a produção açucareira, “a economia criadora não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva” (Furtado, 1986, p. 60). Por essa razão, acabou sendo bem vista pelos grandes fazendeiros. As instalações das sedes das fazendas não possuíam casas luxuosas, mesmo quando residiam os proprietários. Geralmente, era uma casa grande com muitos quartos e um alpendre. A casa do vaqueiro ficava vizinha a casa grande, geralmente aos fundos, porém bem humilde, em muitos lugares eram casas de taipa² coberta por palhas e raramente coberta com telha.

Inicialmente, a fazenda e o gado eram quase sempre administrados pelos vaqueiros³, os donos das terras ainda tinham receio de morar na caatinga sertaneja. Posteriormente,

2 Também chamada de pau-a-pique, taipa de sopano ou barro armado, é uma técnica em que as paredes são armadas com varas ou madeira e preenchidas com barro amassado com água e depois coberta com palhas.

3 O vaqueiro era o principal encarregado da fazenda, responsável pela administração e manutenção da fazenda e do gado, o vaqueiro possuía alguns auxiliares que lhe ajudavam a manter as devidas responsabilidades. Predominava como remuneração do vaqueiro o sistema de quarteação, ou seja, um quarto da produção da fazenda, a cada quatro bezerros nascidos, um pertencia ao vaqueiro. Embora o vaqueiro só recebesse pelo pagamento depois de quatro anos de trabalho na fazenda. Também trabalhava nas fazendas alguns mestiços forros que faziam serviços auxiliares e recebiam a remuneração em espécie e tinham moradia garantida. Ser vaqueiro e após alguns anos de trabalho receber como forma de pagamento algumas reses podia significar começar sua própria fazenda, algo extraordinário para uma sociedade altamente limitativa em oportunidades como a colonial. Essa forma de remuneração consentia aos vaqueiros uma certa acumulação de capital e conseqüentemente ascensão social (Andrade, [1963], 1986).

Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas solidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de morões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se, gradualmente como sinais de abundância (Abreu, 1976, p.129).

Observando a economia criatória em conjunto, os principais fatores que desencadearam o criatório no sertão foram: em primeiro lugar penetração, ocupação e povoamento dos sertões nordestinos; o caráter extensivo e a necessidade de grandes extensões de terras devido o deslocamento dos animais em períodos secos, o baixo nível de investimento exigido para implantação das fazendas; a capacidade de auto-reprodução da força de trabalho (Abreu, 1976; Furtado, 2007). Essas características comprovam a tese do grande proprietário como precursor da ocupação do sertão nordestino.

Celso Furtado (2007) identificou em seus trabalhos, e isso perpassa por outros autores, a questão da concentração fundiária e o problemático sistema produtivo em torno das atividades do latifúndio/algodão/pecuária/morada como sendo os responsáveis por alavancar todos os problemas vividos no Nordeste. Segundo o autor,

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país, caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a proprie-

dade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A “roça” era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. No âmbito da roça o sistema é exclusivamente de subsistência; no âmbito da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região (Furtado, 2007, p. 122).

Dessa forma, os grandes proprietários de terras utilizaram do seu poder econômico e social coibindo as pessoas que lhe deviam favores, dispondo e explorando a mão-de-obra de que necessitasse. Em consequência, o roceiro da economia de subsistência devia fidelidade ao proprietário.

Segundo Andrade (1986), a pecuária sertaneja necessitava de grandes áreas porque, nos períodos secos, o gado tinha que ser retirado para as serras onde a pastagem é mais abundante; migração essencial para salvar a boiada nos períodos de estiagem. “Assim, em quase toda a área sertaneja a migração sazonal é um hábito que se repete todos os anos” (Andrade, [1963] 1986, p.164). Embora relate que nem sempre os grandes proprietários faziam a migração sazonal com os seus rebanhos, a não ser nos anos de extrema seca. Nesse caso, o vaqueiro tinha que arraçoar⁴ o gado com cactáceas, restolho de culturas e posteriormente com o caroço do algodão.

4 Providenciar ração para alimentação do rebanho em épocas que faltavam a pastagem natural.

A criação extensiva do gado não requeria muitos cuidados, no entanto os grandes proprietários tinham vaqueiros que cuidavam do gado e concomitante tinham alguns auxiliares. Pôde-se observar por muito tempo que, no sertão, a pecuária é a atividade econômica mais ligada ao latifúndio, na maioria das vezes os grandes proprietários são pecuaristas e subsidiariamente agricultores.

Segundo Andrade a atividade agrícola foi posterior à criação de gado,

Apenas a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos currais, devido a grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas. Era feita, porém, de forma penosa, sendo os pequenos campos cultivados limitados por cercas ou valadas que vedavam não só a passagem de bovinos e equinos, como também das miúças (Andrade, [1963] 1986, p. 155).

A agricultura visava apenas o abastecimento da população de cada comunidade, pois as distâncias dos centros e do litoral eram grandes e daí elevava o preço dos gêneros de primeira necessidade (Andrade, [1963] 1986). Os alimentos cultivados restringia-se a mandioca, milho, feijão e algodão, as vezes abóbora e melão. Andrade [1963], (1986) já identificava essas pequenas áreas de agricultura como manchas isoladas na caatinga sertaneja.

O ciclo algodoeiro do sertão toma visibilidade em finais do século XVIII e início do século XIX. Nos sertões Paraibano, Pernambuco, Cearense e Norte Rio-grandense passou a se destacar o algodão arbóreo, mais conhecido como algodão mocó (Caron e Hubert, 2003). A cultura algodoeira se desenvolveu nos espaços onde antes reinava a atividade da pecuária, instaurando-se o tripé algodão/pecuária/culturas de subsistência. O algodão passou a ser cultivado com a agricultura de subsistência e com a pecuária, geralmente associado com as culturas do milho, feijão ou fava. Os fazendeiros aproveitavam o res-

tolho das culturas como alimentação complementar para o gado e também utilizavam como alimentação o caroço do algodão, o qual ainda não possuía valor econômico, pois não existiam usinas de beneficiamento. Esse eixo constituiu a formação social dos sertões até a década de 1960 (Andrade, 1986).

O Nordeste semiárido é propício à produção do algodão mocó ou seridó, sendo essa última tipologia uma denominação própria das populações de uma zona vasta que se estende desde o Rio Grande do Norte até a zona central do Estado da Paraíba. Esse tipo de algodão cultivado no sertão tinha a fibra longa e podia ser melhor aproveitado na indústria têxtil devido as suas características físicas (Andrade, 1986).

O algodão foi uma das principais culturas agrícolas do Nordeste e a única a enfrentar a cana-de-açúcar com algum êxito. Estudos afirmam que o algodão era uma cultura mais democrática, pois podia ser cultivada por grandes e pequenos proprietários. Os proprietários começaram o beneficiamento do algodão com suas bolandeiras em suas próprias fazendas, depois faziam o transporte em lombos de burros para a comercialização nos maiores centros (Andrade, 1986).

A cultura do algodão facilmente poderia ser consorciada com culturas de subsistência, como o milho, o feijão e a mandioca. Começou competindo um pouco com a pecuária, depois ganhou visibilidade e melhoramentos, afetando o desempenho da pecuária. A grande vantagem do algodão era que ao final das colheitas, a palha do milho e a rama do algodão serviam de alimento para o gado, por isso que o advento do algodão não sentenciou a extinção da pecuária, essa continuou em destaque. O trio composto por pecuária/algodão/culturas de subsistência favorecia os grandes latifundiários, representado muitas vezes por um homem de posses e chefe político.

O período áureo do algodão nas zonas sertanejas abarcou parte do império e todo o período da República Velha. O sertão paraibano se adaptou bem à produção do algodão ar-

bóreo¹, fazendo do alto sertão o maior produtor de algodão de fibras longas durante a República Velha. O sertão da Paraíba teve o privilégio de produzir o melhor algodão de fibras longas disponível no mercado mundial. Por volta de 1880, apenas cinco cidades paraibanas produziram algodão para exportação (São João do Cariri, Cabaceiras, Piancó, Sousa e Catolé do Rocha) (Lewin, 1993). Mesmo enfrentando todas as dificuldades por falta de rodovias e meios de transporte para ecoar a produção do algodão. A comercialização do algodão até 1928 era feita por Mossoró, Rio Grande no Norte e/ou Recife, Pernambuco, posteriormente é que Campina Grande, Paraíba, lidera a comercialização de algodão com o sertão Paraibano (Tavares, 1982). Vale salientar que o sertão paraibano tinha mais fácil acesso e maior comunicação com Recife do que com a capital do Estado. O beneficiamento do algodão só veio iniciar-se em Campina Grande a partir de 1920. Daí por diante, a cidade passou a ser o centro supridor e líder do mercado intermediário do algodão.

A partir do momento em que a agricultura começou a competir com a criação de gado pela utilização dos pastos, aumentaram-se os conflitos sobre o uso da terra, os proprietários rurais investiram no melhoramento do algodão e novos incentivos econômicos fizeram com que aumentasse o valor das terras.

Esse complexo de atividades configura o antigo sistema do Nordeste, conhecido como latifúndio/pecuária/algodão/morada, responsável pelas transformações econômicas e sociais, mas também pela concentração fundiária e o problemático sistema produtivo em torno dessas atividades que se desenvolviam nas áreas semiáridas, agravando as desigualdades econômicas e sociais no interior do Nordeste.

2. O GRANDE PROPRIETÁRIO E O CAPITAL MONOPOLISTA COMO BASES ECONÔMICO-SOCIAIS DA OLIGARQUIA AGRÁRIA

Nas interpretações de Celso Furtado e Caio Prado Júnior sobre o latifúndio e a história econômica, destacam-se vários significados para a expansão capitalista monopolista do Nordeste. Também destacamos as interpretações e críticas de Francisco de Oliveira a respeito do Nordeste latifundiário.

Na obra “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”, Furtado (1961, p. 259) ressalta que “o traço mais fundamental da economia agrícola brasileira é que nela coexiste o latifúndio com a abundância de terras”. É importante deixar claro que o termo latifúndio não aparece de forma contínua nos textos do autor. Celso Furtado utiliza várias denominações para se referir ao termo latifúndio nas suas variadas obras, como se pode ver nesse exemplo abaixo.

No Brasil, a agricultura nasceu sob a forma de grande empresa comercial. Esta antecede ao próprio país, pois não resultou da necessidade de sobrevivência de populações que se houvessem fixado no território. (...) a terra era adjudicada em grande escala àqueles que demonstrassem capacidade para utilizá-la. Desta forma, criou-se, desde cedo, o latifúndio como forma de organização da empresa agrícola (Furtado, 1961 p. 260).

No sentido que Furtado (1961) esta discorrendo, trata-se principalmente da monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste e do café no Centro-Sul, nesses casos, o significado de latifúndio está na organização da atividade econômica como grande empresa comercial de exportação. Na mesma chave de inter-

5 A classificação do IBGE quanto ao algodão arbóreo abrange as variedades consideradas permanentes. Existem dois tipos de algodão arbóreo: 1. mocó – algodão introduzido no sertão com duração de 7/8 anos, sua fibra mede de 35 a 40hmm. É mais adaptado a região semiárida, porém tem rendimento inferior ao herbáceo; 2. verdão ou rasga-letra – é uma variedade híbrida que se originou do cruzamento natural entre o mocó e o algodão herbáceo. Sua duração é de 3 anos e seu comprimento varia entre 26 e 40mm. Seu cruzamento não foi fruto de pesquisa, mas feito na prática de cultivo (Menezes, 1985).

pretação, podemos pensar que assim como a cultura do café desenvolvida no Centro-Sul, a cultura do algodão no Nordeste passou pelas mesmas estratégias comerciais e foi engolida pelo capital internacional.

O grande latifúndio da pecuária teria evoluído para uma economia de tipo mista. Com isso, o algodão não apenas representou uma fonte de renda adicional ao proprietário, proporcionou também a semente, que era uma excelente fonte de alimento para o gado. Acrescentada a isto, a mão de obra ocupada no algodão passou a cultivar uma agricultura de subsistência na propriedade para o seu próprio sustento. Essa combinação algodão/pecuária/culturas de subsistência modificou as bases da economia sertaneja e transformou as secas que acometeram a região em um problema social de grandes dimensões.

De acordo com Furtado [1959] (2007), o trabalhador que se fixava no latifúndio sertanejo devia plantar algodão em regime de meação com o dono da terra, o qual financiava o plantio, adiantando sementes e o necessário para custear a produção. Nas grandes propriedades do semiárido o regime de meação expressa uma situação de exploração econômica entre o dono da terra e o trabalhador, ou morador. Esse sistema de meação vigorou no sertão nordestino durante todo o século XX.

Prado Júnior [1960] (1979) também menciona os trabalhadores das grandes fazendas de algodão do sertão nordestino, esses trabalhavam no latifúndio e obtinham como renda a meação do algodão colhido. Além disso, cultivavam gêneros de subsistência, sobre os quais tinham que pagar uma meação ao proprietário, pela utilização da terra.

Entre os dualismos ou percepções dicotômicas sobre a economia brasileira do século XX, Celso Furtado (2007) e Caio Prado Júnior (1979) ressaltam distinções entre as regiões econômicas, principalmente, na comparação entre a área rural e os centros urbanos.

O dualismo entre regiões econômicas, mostrado por Furtado se dá entre o Centro-Sul e o Nordeste, os quais compõem dois importantes núcleos de uma dinâmica de cres-

cimento econômico que acontecera com desigualdades de renda em dimensão regional, ou seja:

A economia do Nordeste tende a comporta-se, vis-à-vis da do Centro-Sul, de forma similar ao setor artesanal, de uma economia em processo de industrialização em face das novas manufaturas. Não podendo concorrer, traumatiza-se, ou desagregase. Emigram-se os capitais, e, não ocorrendo o mesmo à mão de obra, desagrega-se o sistema econômico por partes, amotoando-se o setor de subsistência na agricultura (Furtado, 1962 p. 50).

Segundo Furtado (1962), tinha que haver uma intervenção de forma planejada na região Nordeste, para alcançar os níveis de industrialização do Centro-Sul, se não o fizesse estaria perpetuando o dualismo, pois os recursos ficariam a mercê do lucro, não contribuindo para o desenvolvimento econômico. Sobre o Nordeste, o texto de Furtado ainda ressalta que “o problema do Nordeste é igual aos países subdesenvolvidos em face das nações altamente industrializadas do mundo atual” (Furtado, 1962 p. 51), o autor trata o subdesenvolvimento como o modo de organização da economia brasileira formada no período colonial.

Segundo Caio Prado Júnior, a exploração agrária representa justamente um dos polos do dualismo resultante da formação econômica do país.

De um lado, a grande lavoura, seja ela do açúcar, do algodão ou de alguns gêneros de menos importância, que se destinam todos ao comércio exterior. Doutra, a agricultura de subsistência, isto é produtora de gêneros destinados à manutenção da população do país, ao consumo interno. (Prado Júnior, [1942], 1976 p. 142)

Na oposição estabelecida percebe-se a importância que possuía o setor da grande lavoura de exportação, e a insignificância da agricultura de subsistência, já que produzia apenas os gêneros para as necessidades in-

ternas da população, insignificância essa, frente a economia.

No livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, Prado Júnior [1942] (1976) ressalta que o dualismo está circunscrito pela diferença de significado entre grande lavoura e agricultura de subsistência. A grande lavoura ressaltada por Prado Júnior, expressava a tríade de grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Seria por meio do sistema de organização do trabalho e da propriedade que “se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial” (Prado Júnior, 1976, p. 124). Estes seriam os aspectos essenciais da grande exploração agrária “de um lado, esta a organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional” (Prado Júnior, 1976, p. 125).

Francisco de Oliveira criticou a interpretação dualista da economia e da sociedade. Para o autor o subdesenvolvimento, ressaltado principalmente por Furtado, não poderia ser visto como uma formação histórico econômica singular, constituído por um setor “atrasado” e outro “moderno”, pois o mesmo poderia ser localizado em outras formações econômicas e em outros períodos.

Oliveira [1977] (1981) tornou-se um crítico das teses dualistas de Furtado que, seguindo a tradição do pensamento cepalino⁶, via a questão regional sob o enfoque dos desequilíbrios regionais e a intervenção planificadora do Estado em termos da realocação dos fatores de produção, com vistas ao desenvolvimento econômico regional.

Numa perspectiva diferenciada, a principal preocupação de Oliveira era com os processos de mudança e dinâmica econômica e

social. Para o autor, “o trabalho pretende ser um *processo do social*, enquanto síntese de todas as determinações” (Oliveira, 1981, p. 15). Oliveira deu prioridade, em seu estudo, a análise da divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Recusando o enfoque dos desequilíbrios regionais, representado pela emergência do planejamento regional do Nordeste.

Pensando na divisão regional do trabalho no Brasil, o conceito de região⁷ de Francisco de Oliveira fundamenta-se

Na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem regiões em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados (...) existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e das suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as *regiões*, no sentido proposto por essa investigação (Oliveira, [1977], 1981, p. 27).

A partir dessa formulação, Oliveira torna-se um crítico da tese dualista de Celso Furtado, que defende a questão regional a partir do approach nos “desequilíbrios regionais” e na ação planejada do Estado em termos da realocação dos fatores de produção como visão para o desenvolvimento econômico regional. Ele reconhece inclusive que sempre existiram vários Nordeste.

Na economia colonial, a pecuária nunca foi representada, uma vez que não estava fundamentada nos padrões de execução da economia escravocrata, representada no Nordeste através da economia açucareira. Partindo dessa assertiva, Oliveira (1981) alega que

6 A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) foi criada em 1948 por uma decisão da assembleia geral das Nações Unidas com sede em Santiago do Chile. Cabia a esta Comissão, estudar o subdesenvolvimento Latino-americano, procurando explicar suas causas, como também suas possibilidades de superação.

7 Sobre o conceito de região, “o que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição básica” (Oliveira, [1977], 1981, p. 30).

a economia pecuária era um desdobramento marginal da atividade econômica principal do Nordeste, que era a produção açucareira.

“O Nordeste agrário não-açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada em cena de outro ator: o algodão” (Oliveira, 1981, p. 46). Onde antes predominava a pecuária extensiva, impera nos vastos campos do sertão nordestino a cultura do algodão, em consórcio com a pecuária e as culturas de subsistência. Nasce nesse momento o grande sistema produtivo do Nordeste, latifúndio/algodão/pecuária/morada e nas suas franjas as culturas de subsistência.

Em decorrência da revolução industrial e do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, cresce a demanda mundial pela procura do algodão. O Nordeste semiárido é propício à produção do algodão de fibra longa, conhecido como algodão mocó ou seridó (Oliveira, 1981).

Oliveira (1981) aponta que aparece nesse momento, no sertão algodoeiro-pecuário, uma estrutura fundiária típica do latifúndio. Para o autor,

O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a “plantation”, porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas. Deve-se fazer aqui a inversão entre o discorrer do discurso e o andamento da constituição da relação real: *não é* a estrutura típica do latifúndio-minifúndio o que determina o baixo valor do algodão,

pois apenas o reproduz. O baixo valor é determinado, em última instância, pelas modificações que estão ocorrendo na composição orgânica do capital nas indústrias têxteis da Inglaterra e dos Estados Unidos (Oliveira, [1977], 1981, p. 47).

O lugar social da grande propriedade descrito por Francisco de Oliveira demonstra que as transformações que se operavam na região Nordeste refletia a submissão da burguesia industrial regional aos interesses da oligarquia agrária algodoeira pecuária e ao capital internacional.

Oliveira (1981) chama atenção para a reprodução e expansão da estrutura fundiária do Nordeste, assegurando que foram essas mesmas relações que predominaram na economia açucareira no Nordeste, depois comandaram a esfera financeira de circulação do café na região Sul. E dessa vez, foi responsável por subordinar ao capital internacional financeiro a estrutura da produção algodoeira/pecuária no Nordeste, representada pelas três irmãs que se fixam nessa região, a SANBRA, ANDERSON CLAYTON e MACHINE COTTON. Nesse momento, aparecem as empresas internacionais que controlam a circulação do algodão.

Quem veio mesmo concorrer com a cana-de-açúcar foi a produção de algodão no interior sertanejo. O Nordeste açucareiro começou a demonstrar uma tímida economia, frente a produção do algodão. Outro Nordeste emergia, porém submetido as mesmas leis de determinação do capital internacional, assim como já acontecera com a produção do açúcar. Nesse momento de euforia da produção algodoeira, o controle político do Nordeste se firma nas mãos dos grandes latifundiários, enfatizando o Nordeste algodoeiro-pecuário. Segundo Oliveira, [1977], (1981, p. 35) “coronéis do algodão, pecuária e barões do café e Estado oligárquico são os agentes e a forma da estrutura do poder”.

Na segunda metade do século XX, a produção de algodão entra em crise, os proprietários não conseguiram mais produzir a

preços viáveis no mercado mundial. Nesse momento, entrou em crise também o sistema de moradia e em decorrência desse processo de falência ocorre uma intensificação das migrações para o Centro-Sul, região que estava em pleno desenvolvimento industrial (Oliveira, 1981).

Oliveira (1981) relata que o Estado passou a intervir através da ação do DNOCS para que transformasse a estrutura econômica e social do Nordeste. Porém, as ações do DNOCS “significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação” (Oliveira, 1981, p. 52). A crítica do autor em relação à forma de planejamento empregada pelo Estado afirma que as ações desenvolvidas pelo IFOCS⁸ e depois DNOCS manteve, mais do que transformou, as condições de reprodução da estrutura econômica e social, conduzindo-o a uma forma de Estado oligárquico, o Estado foi literalmente capturado pelos oligarcas que detinham os maiores poderes políticos e econômicos.

Os investimentos realizados pelo DNOCS reforçavam a “estrutura arcaica” do Nordeste, pois expandia as estratégias produtivas dos grandes proprietários, contribuindo para reforçar a “existência do fundo de acumulação próprio dessa estrutura” (Oliveira, 1981, p. 54).

Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos coronéis, oligarquia algodoeira-pecuária. Chegando quase sempre atrasados os recursos fiscais que a União devia fornecer para as emergências, o DNOCS utilizava os créditos junto aos grandes fazendeiros e comerciantes do Nordeste semi-árido, quase sempre as duas formas do capital reunidas numa só pessoa, personae dessa forma de reprodução, para adiantamentos” (Oliveira, [1977], 1981, p. 55).

Oliveira (1981) afirma que até estradas privadas o DNOCS foi capaz de fazer no interior dos grandes latifúndios para beneficiar os coronéis. Isso tudo se dava porque o controle político do DNOCS permaneceu durante décadas nas mãos dos políticos oligárquicos. Outro benefício do DNOCS para os coronéis acontecia nas frentes de emergência. Os coronéis usavam do seu poder e do assistencialismo para alistar nas frentes de trabalho e no benefício de alimentos, os seus eleitores/trabalhadores, além disso, alguns dos seus eleitores eram fantasmas e mesmo assim tinham prioridade nos benefícios do governo. Esses casos eram recorrentes, facilitados pela falta de fiscalização.

Quando a região do café passa a ser a região da indústria, há uma divisão regional do trabalho no território brasileiro. As migrações do Nordeste para o Sudeste aumentam e as duas principais regiões do país se conflituam, uma em pleno crescimento e a outra em estagnação. É nesse contexto e tentando cessar com as migrações, controlar o êxodo rural e corrigir alguns desequilíbrios regionais que se iniciam os primeiros estudos de planejamento regional para o Nordeste.

Segundo Oliveira (1981),

Não é a estagnação que força ao planejamento, nem apenas a situação de miséria das massas camponesas e trabalhadoras do Nordeste algodoeiro/pecuário. Essa estagnação era, na maioria dos casos apenas a aparência das transformações que se operavam na hierarquia de poder entre as classes dominantes: no Nordeste como um todo, esta estagnação refletia sobretudo a submissão da burguesia industrial aos interesses da oligarquia agrária algodoeira-pecuária e portanto a dinâmica dessa oligarquia, sua expansão (Oliveira, 1981, p. 52).

Na verdade, o trabalho desenvolvido por Oliveira reflete uma forte decepção do au-

8 Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS). Em 1919 teve a palavra Federal acrescentada ao nome, e em 1945 passou a chamar-se Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

tor com o planejamento regional no Brasil e com a consolidação do órgão de planificação, a SUDENE⁹.

Nesse caldeirão de instabilidades ocorrendo no Nordeste, Celso Furtado e outros estudiosos propõem, via planejamento regional, a criação da SUDENE como sendo um esforço modernizador para as transformações no Nordeste.

Segundo Oliveira (1981, p. 120),

A SUDENE levou longe demais sua própria ideologia e seus argumentos ideológicos, travestidos em linguagem técnica neutra e apolítica, na exacerbação do fantasma da região problema, a área mais pobre do hemisfério ocidental, a ameaça à unidade nacional, a área de onde emergiram os conflitos que poderiam por em risco essa unidade – no fundo uma unidade da nação burguesa.

3. O GRANDE PROPRIETÁRIO REPRESENTADO PELO CORONEL E PELO CHEFE POLÍTICO - CONSTITUIÇÃO DE OLIGARQUIAS FAMILIARES BASEADAS NA PROPRIEDADE DA TERRA E MONOPOLIZADORES DO PODER LOCAL

A reflexão sobre a estrutura e os atores que compõem o poder local orientou vários estudos no campo das ciências sociais, mais especificamente na segunda metade do século XX. Neste período, encontramos um maior número de obras que têm como principal objetivo compreender a política nacional a partir das relações estabelecidas com o poder local. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Nunes Leal (1975), para citar alguns destes estudiosos, pesquisaram as peculiaridades do poder local e suas mais variadas formas, como o coronelismo e mandonismo, registradas nas experiências de poder e dominação dos

proprietários de terras e também ressaltaram, em seus trabalhos, os conflitos e compromissos entre o poder local e as esferas municipais, estaduais e federais. Também se debruçaram sobre esses fenômenos, pesquisadores como Eu-soo-Pang (1979), Janotti (1987), Bursztyn (1985), Lewin (1993) e Gurjão (1994), analisando especificidades de algumas regiões.

Em pesquisa detalhada na Paraíba, Linda Lewin (1993) procurou examinar a relação histórica entre parentesco e organização política. O enfoque utilizado pela autora está na família extensa de elite ou parentela (adotada no estudo como sinônimos), tendo como pano de fundo a patronagem rural, poder político e as transformações econômicas em expansão na Paraíba. As conclusões do trabalho enfatizam as estratégias de organização familiar que tinham em vista a estrutura de poder da sociedade, e sua conformação devido às novas condições ocorridas no final do século XIX.

As famílias de proprietários de terras que detinham mais poder econômico e político na Paraíba não eram simples agricultores, mas representavam uma burguesia agrária, arquitetavam a oligarquia agrária do Estado. Essa classe era composta por fazendeiros pecuaristas e plantadores de algodão que vinham investindo em equipamentos de beneficiamento da fibra.

Nesse contexto, e pensando os grandes proprietários de terras do Nordeste, Gurjão (1994) acrescenta que

Os coronéis auferiam lucros sobre a produção na intermediação comercial e nas empreitadas das obras contra as secas, aumentando, conseqüentemente, a concentração da riqueza e permitindo a emergência de novas frações de classe dominante ligadas ao capital comercial e usuário (Gurjão, 1994 p. 31).

9 A SUDENE foi criada em 1959 e traz escrita a marca da intervenção planejada, na tentativa de superação do conflito de classes intra-regional. Porém, segundo Oliveira [1977], (1981), o planejamento não representava a ação do estado como mediador, “mas a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional” (Oliveira, [1977], 1981, p.30).

A Paraíba estava vivenciando momentos de euforia, a economia caminhava em ritmo de expansão e a classe latifundiária estava satisfeita com os altos rendimentos proporcionados. Por sua vez, entende-se que esse processo de mudanças preservou a velha estrutura agrária, admitindo a ampliação do coronelismo e do poder oligárquico.

Ao longo de toda a República Velha, havia um controle vertical exercido pelo patronato rural sobre os moradores, ou os que trabalhavam sobre sujeição¹⁰. “Para manter sua posição de superior na hierarquia do poder, os membros da oligarquia baseavam-se também em vínculos horizontais recíprocos” (Lewin, 1993, p. 68). Aconteciam fortes ligações de clientelismo, reforçados por laços quase familiares, permitindo que as oligarquias resistissem às ameaças vindas de baixo em muitas áreas rurais. Dessa forma, a extrema dependência econômica em relação aos proprietários, e os laços recíprocos entre patrão-morador, tudo isso, reforçava o controle do campo pela classe latifundiária.

Como os trabalhadores não dispunham de terras, tinham de se subordinar as imposições dos grandes proprietários. As relações entre os donos de terras e os trabalhadores rurais, corroborava uma verdadeira exploração, através do compadrio e do favoritismo, produzidas pelas relações pessoais de produção. “Assim, o *morador*, o *meeiro*, e demais agregados eram reduzidos ao curral eleitoral do *coronel* e, portanto, garantidores do poder das oligarquias” (Gurjão, 1994 p. 45).

O crescimento da economia Paraíba em meados do século XX motivou várias transformações nas relações de produção, embora tenha estimulado a reprodução da velha estrutura agrária, ampliando os latifúndios e incrementando as relações não capitalistas de produção, vigorando as práticas coronelistas e oligárquicas (Gurjão, 1994).

Uma das principais contribuições do trabalho de Lewin (1993) sobre a parentela e sua relação com a política e a patronagem rural na Paraíba foi analisar as mudanças ocorridas na base familiar extensa. A autora mostra bem mais do que um declínio linear, breve e abrupto, mas a sobrevivência desse sistema durante décadas. “A organização do parentesco reflete uma evolução que encontra expressão na permanência da família ao longo das gerações de acordo com características organizacionais notavelmente habituais” (Lewin, 1993, p. 372). Teria ocorrido apenas um desgaste do papel da família extensa de elite. Em outros termos, como aponta a autora,

O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevive ao nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil. Esta não é uma revelação surpreendente, se considerarmos a sobrevivência paralela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho nas zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo (Lewin, 1993, p. 367).

Numa sociedade carente de um Estado forte e classes sociais definidas, a parentela continuou a ser a principal fonte de segurança individual.

Os indicadores de crescimento econômico na Paraíba estavam intimamente ligados com o sistema oligárquico de base familiar. Em cada uma das cinco zonas geoeconômicas da Paraíba, a oligarquia¹¹ agrária estava acooplada diretamente a economia exportadora para a reprodução da família e para o controle sobre a vida política. Partindo desse pressuposto, podemos conferir que a vida cotidiana no sertão nordestino se misturava com a vida política, e as famílias da elite usavam desse artifício para monopolizar os cargos municipais e a representação na assembleia.

10 A sujeição é uma forma de exploração do trabalho não assalariado, estabelecida através de acordos entre o patrão e o morador.

11 Entende-se por oligarquia aqui os grupos que controlam alguns setores economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consanguíneos ou unidos por laços matrimoniais ou de compadrio, ou ainda por interesses econômicos ou políticos. Cf. Eul-soo-Pang (1979) e Linda Lewin (1993).

3.1 ORIGEM, PERMANÊNCIA E DECLÍNIO DAS RELAÇÕES OLIGÁRQUICAS, CORONELISTAS E CLIENTELISTAS

Para discutir a temática da grande propriedade rural e o poder local é fundamental problematizar abordagens a respeito do coronelismo, mandonismo e clientelismo.

Interessa-nos refletir como esses estudiosos interpretaram as diferentes práticas políticas encontradas no Brasil, desde a colônia, passando pelo império, República e construção do Estado-nação, denominadas como formas de exercício do poder local. Como essas formas de poder manifestam diferentes práticas políticas a depender da localidade regional analisada. Tomando como base a grande propriedade rural, e a questão do poder local, autores como Leal (1975), Queiroz (1976), Janotti (1987), Eu-soo-Pang (1979) e Bursztyn (1985), entre outros, analisaram as formas de poder local e suas repercussões sobre o domínio em localidades e tempos específicos e chegam a diferentes conclusões. Procuramos fazer uma análise crítica a respeito do surgimento, desenvolvimento e expansão e declínio do coronelismo na literatura sociológica.

Segundo Nunes Leal (1975), o sistema coronelista é o protagonista da grande propriedade rural. Para o autor, o coronelismo se firma, na Primeira República, enquanto um compromisso entre o decadente poder privado dos coronéis e o poder público fortalecido, e que esse regime só foi possível a partir da superposição do regime representativo de base ampla a uma estrutura econômica e social pautada numa estrutura agrária monocultora e exportadora advinda da colonização.

Leal (1975) caracteriza o coronelismo como interdependente entre as três esferas de poder, local, estadual e federal, uma organização de relações que vai do coronel ao presidente da república, envolvendo compromissos recíprocos. A posição de quem ocupa o poder local deve estar sempre ligada a quem domina nas duas outras esferas. O governo do Estado garantia aos coronéis o controle dos cargos públicos, enquanto que os coronéis lhe ga-

rantiam o total apoio, inclusive os votos da região ou município que ele liderava.

Tratando do declínio do sistema coronelista, Leal (1975) considera que morre o coronelismo como sistema político em meados de 1930, mas o coronel e o mandonismo sobrevivem. As principais causas desse declínio para o autor são: o desenvolvimento e a produção industrial do país, a crise do café, aumento da população e do eleitorado urbano, expansão dos meios de comunicação e de transporte.

Para Queiroz (1976), o mando político do coronel descende do carisma, embora também proceda de sua posição econômica que lhe possibilita fazer favores e exercer o poder. A autora entende o coronelismo como um mandonismo local, uma estrutura de clientela política, os elementos que dão notoriedade a esse fenômeno é o poder de barganha, o carisma e a parentela e não apenas a propriedade fundiária como argumentam outros autores. De acordo com Queiroz (1976), a base do coronelismo é o poder político do coronel que advém das relações de dependência recíproca vertical e horizontal no seio da parentela. É a partir das relações entre a parentela que podemos conferir a interligação entre os aspectos econômicos, políticos, jurídicos e familiar.

Para Janotti (1987), o coronelismo também se constitui desde o Império, a partir do autoritarismo local e da força eleitoral que os coronéis possuíam devido à fraca presença do Estado. Com a República, a autora considera que houve uma ampliação do papel do coronel na estrutura que se iniciava.

De acordo com Pang (1979), o coronelismo vem de uma base patriarcal, desde a estrutura econômica implantada no Nordeste nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado do século XVI. Para esse autor, o coronelismo exercido na República teve aparições bem antes, quando os grandes proprietários de terras, detentores de poder econômico e status social, detinham a supremacia política de um lugar.

A principal função do coronelismo era a hábil utilização do poder privado acumulado pelo patriarca de um clã ou uma família mais extensa.

Com o tempo, a distinção entre interesse privado da classe latifundiária e as preocupações do município chegaram a confundir-se e em muitas cidades do interior tornaram-se sinônimos. Durante a monarquia e a república, o município continuou a servir de reduto do coronel fazendeiro que usava e abusava da região como se fosse seu domínio privado (Pang, 1979, p. 21).

Segundo o autor, o coronelismo no Nordeste foi beneficiado, porque no momento que decorreu de 1850 a 1930, houve a ausência de um Estado forte e centralizado, daí ser o coronelismo a única instituição viável de poder.

Pang (1979) e Lewin (1993) ressaltam os conflitos que se passavam entre as famílias da oligarquia, em busca do domínio político e do exercício de cargos públicos. Como exemplo, podemos dizer que essas desavenças eram comuns no Nordeste e na Paraíba¹².

É importante salientar que Pang (1979) fala em modificação e não em declínio do coronelismo; os coronéis tornaram-se intermediários do poder dos diversos partidos, nas décadas de 1960 e 1970, ressurgindo assim como uma nova elite partidária modificada.

Como resultado de uma industrialização e urbanização desiguais, algumas regiões mais atrasadas permaneceram a margem do domínio do Estado centralizado, nos quais os coronéis a moda antiga dominavam. No conjunto, porém, o coronelismo brasileiro começou a declinar na década de 1970, a medida que a política baseada na família está sendo substituída por classes sócio econômicas e grupos voltados para interesses comuns, competindo pelo poder (Pang, 1979, p. 63).

Pang (1979), por sua vez, assinala que o coronelismo chegou ao ocaso, mas não desapareceu totalmente. As transformações econômicas e sociais das décadas de 1930 e 1940 acrescentaram uma nova dimensão ao

coronelismo, passou a existir o voto secreto; o desenvolvimento econômico com a industrialização e a urbanização; proliferação dos partidos políticos com diversas ideologias e lealdades regionais.

Enfim, Pang (1979) relatou em sua pesquisa que com esses acontecimentos, o Estado e o partido não dependem mais do poder de um só homem, na figura de coronel, para serem bem sucedidos. A medida que isso acontecia, cada município passou a ter mais de um coronel partidário. Para o autor, o processo de transformação ainda estaria acontecendo e a medida que o processo de modernização se consolidasse, uma nova elite social emergiria ou se transformaria.

Bursztyn (1985) considera que a origem do coronelismo remete ao período colonial. Segundo o autor, ainda no Brasil colônia, o governo central seguiu uma política de coexistência pacífica que se concretizava pela omissão do poder público ao nível local. Em troca, o poder central teria créditos para contar com o poder local quando desse precisasse. Para o autor, o que legitimava os poderosos locais era o paternalismo engravado na sociedade patriarcal rural. No nível político, “os poderosos locais sempre lograram impor sua vontade, desde a época colonial, passando pelo império, até o período republicano” (Bursztyn, 1985, p. 21).

A partir do governo Vargas, a intervenção estatal é intensificada, ou seja, “o Estado começa a transformar seu caráter autoritário por omissão em autoritário ativo” (Bursztyn, 1985, p. 21), embora se dê através da intermediação da figura do coronel.

Bursztyn (1985) entende o coronel como um mediador entre o Estado e o povo. Para o autor, “apesar da crescente importância da centralização, onde alguns poucos se tornaram realmente, donos do poder, ainda persiste o peso político representado localmente pelo poder dos donos” (Bursztyn, 1985, p. 20).

12 Na Paraíba, a família “Pessoa” dominou o Estado na primeira república, foram desafiados pela família “Pereira” de Princesa Isabel. Cf. José Américo de Almeida, memórias de José Américo (o ano do Nego). Cf. José Octavio de Arruda Mello em Histórias da Paraíba: lutas e resistências (1994). Também ressalta os conflitos Linda Lewin (1993).

Note-se que, na interpretação Bursztyn (1885) há uma continuidade das relações coronelistas durante toda a história do Brasil, segundo ele, “a modernização conservadora” viabilizada pelo Estado não é incompatível com o fortalecimento do poder local. “Trata-se de um processo simultâneo em que o Estado inviabiliza parcialmente o coronelismo, ao mesmo tempo que boa parcela dos coronéis sobrevivem, graças e apesar do Estado” (Bursztyn, 1985, p. 30). O autor detém-se no processo de legitimação recíproca, desenvolvido entre o poder central e o poder local. Partindo desse pressuposto, o povo é considerado vítima impotente das maquinações estatais ou de grupos dominantes.

Bursztyn (1885) explica em “o poder do donos” que a morte lenta do coronelismo tradicional se deu quando o Estado anunciou via processo de desenvolvimento, uma modernização urbano-industrial planejada. Nesse sentido, ocorre um período de transição para uma situação de coronéis sem coronelismo.

Bursztyn associa o coronelismo a grande propriedade quando atesta que o Estado, no passado ou na fase de sua pesquisa (década de 1980), sempre beneficiou os coronéis com diversas formas de subsídios. Segundo o autor, nas décadas de 1970 e 1980, os instrumentos que asseguram a interdependência entre o Estado e o poder local, na fase da intensificação da ação planejada, não são muito diferentes dos que foram empregados historicamente. Todavia, o que caracteriza a fase estudada por Bursztyn é que o Estado age de forma planejada a nível nacional. “Esse mecanismo tradicional de cooptação política ao nível regional e local é reforçado ainda mais pela disseminação do crédito oficial, pelas agências de desenvolvimento e pelos programas e projetos regionais” (Bursztyn, 1985, p. 31). Assim sendo, a dependência econômica foi responsabilizada por todo o poder autoritário existente entre o poder central e o poder local.

Entendemos que ao problematizarmos o debate sobre o coronelismo, encontramos teses bem distintas. Autores como Queiroz e Pang apresentam o coronelismo como a hiper-

trofia do poder privado, como uma força de poder local num estado patrimonialista e também numa sociedade patriarcal. Essa perspectiva defende a ausência de um Estado fortalecido, por isso o mando dos coronéis. O coronelismo seria o sustentáculo das oligarquias municipais e estaduais. Numa perspectiva contrária, Leal e Bursztyn identificam o coronelismo como compromisso entre um poder privado em crise e o crescente poder de um Estado capitalista em desenvolvimento que pode atingir o âmbito federal. Nesse caso, o poder do coronel é delegado pelas instâncias superiores que representam o Estado, daí o coronel ser submisso aos governadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “narrativas” expostas por esses grupos de autores do pensamento social brasileiro apresentam significados referentes a questões comuns como latifúndio, grandes lavouras, monocultura, ciclos orquestrados, pecuária extensiva, relações de trabalho e moradia, burguesia agrária, oligarquias e relações de poder. Conforme essas “narrativas” foram tecidas no Brasil, um imaginário da região Nordeste (e particularmente de sua porção semiárida) como espaço problema, sinônimo de atraso, tradição e disparidades regionais foi sendo plasmada entre os pesquisadores dedicados a compreender diferentes aspectos da vida social regional.

As reflexões sobre o lugar da grande propriedade no semiárido hoje e sobre a atuação e perfil dos grandes proprietários é, em grande medida, ainda fortemente influenciada pelas “narrativas” do herói desbravador, do latifúndio, da oligarquia política. O impacto destas narrativas e mesmo seu valor heurístico dificultam que novas hipóteses sejam formuladas, produzindo, de um lado, o desinteresse pela temática (apesar da crescente literatura sobre agronegócio e grande propriedade que tem sido produzida no Brasil, baseada em pesquisas realizadas em outras regiões do país) e, por outro, a permanência de interpretações que não dão conta das dinâmicas em curso na

região. Nós podemos destacar, entre estas dinâmicas: o crescente protagonismo da agricultura familiar em muitas microrregiões do semiárido, ainda que não se tenha produzido estudos mais detalhados sobre sua territorialização e como avançou sobre áreas antes dominadas pelo latifúndio; processos de modernização das grandes propriedades e dos grandes proprietários; alterações nas dinâmicas do poder local e de sua relação com a propriedade da terra; dinâmicas de fortalecimento das redes urbanas intrarregionais; ressignificação da pecuária e sua associação com a ambientalização do debate sobre desenvolvimento e a desqualificação das atividades agrícolas; novas dinâmicas de ocupação do solo; novos projetos políticos e territoriais.

O semiárido nordestino não pode mais ser reduzido a imagem de território do latifúndio, das oligárquicas, da pecuária extensiva. É preciso imaginar outras narrativas, que permitam sintetizar as tendências de transformação social vividas na região.

Recebido em: 01/05/2015

Aprovado em: 11/10/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. C. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1986.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

CARON, P. e HUBERT, B. Dinâmica dos sistemas de pecuária. In: CARON, P. e SABOURIN, E. (Ed.) *Camponeses do Sertão: muta-*

ções das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2003. p. 103-122.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: companhia das letras, 2007.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A pré-revolução brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GURJÃO, E. de Q. *Morte e vida das oligarquias – Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: EDUFPB, 1994.

IBGE. *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JANOTTI, M. L. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. 2 ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENEZES, M. A. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Campina Grande, Paraíba. UFPB, CH, Departamento de Sociologia e Antropologia. Curso de Mestrado em Sociologia, Mimeo, 1985.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1934)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

_____. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: _____. *Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: AlfaÔmega, 1976. p. 163-214.

TAVARES, J. de L. *Apontamentos para a história territorial da Parahyba*. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, 1982.